

Editorial

O avanço da governança do setor público guarda uma relação direta com a perspectiva de maior inclusão dos diversos agentes sociais nas políticas públicas, por um lado, e o desenvolvimento institucional que assegure maior controle, eficiência e efetividade das políticas. Estabelecer mecanismos de fiscalização que aprimorem a transparência e a eficiência das políticas, a maior inclusão dos agentes e transformações gerenciais que sejam mais resilientes para o enfrentamento de crises e problemas públicos desafiam a gestão pública.

Este número da Revista do Serviço Público traz dentre seus artigos diversas análises sobre estas questões. O ponto comum a todas elas é que precisamos ir além dos mecanismos gerenciais. É necessário um trabalho de maior fôlego que considere esses mecanismos gerenciais inseridos em diversas conjunturas e problemas, sejam eles sociais, políticos ou econômicos. Aprimorar estes mecanismos inseridos na sociedade é o que possibilita avançarmos em uma perspectiva mais sólida de governança do setor público. Isso implica em pensarmos instituições inovadoras, um trabalho multinível e que demanda estruturas de coordenação política e a orientação por um interesse público difuso.

Os desafios colocados e presentes nos artigos publicados nesse número elaboram diferentes perspectivas por meio das quais a governança pode avançar no Brasil. E a difusão de conhecimento é aspecto chave nesse processo, fazendo convergir teoria e prática, disseminação de evidências e análises sólidas sobre a realidade de governos.

Os dois primeiros artigos tratam de temas relevantes e candentes para a gestão pública. A promoção de ações afirmativas, como o ingresso de negros no ensino superior, e problemas transversais de políticas públicas, como o caso de políticas de gênero, demandam de gestores públicos processos criativos para a maior inclusão social e política de atores relevantes. Promover a inclusão é um processo complexo que exige a escuta e a interlocução permanentes.

Da mesma forma, a governança depende de inovações com o uso de tecnologias para prover e ampliar novos padrões de comunicação entre a burocracia e os cidadãos. O investimento em instrumentos de *e-government* podem representar soluções simples e motivadoras de um novo padrão de interação entre cidadãos e estados. Iniciativas de *Mobile Government* trazem o aspecto da simplificação, redesenho de processos e flexibilidade. Avaliar esses mecanismos é fundamental para o aprimoramento destas ferramentas e para o redesenho de serviços públicos.

Outro aspecto relevante é o gerenciamento de crises e problemas relacionados a migrações internacionais. Os artigos que, respectivamente, analisam essas questões trazem para o centro do debate os problemas relacionados ao enfrentamento de crises e a constituição de soluções que extrapolem o cotidiano da gestão. Como gestores públicos lidam com crises e como podem constituir soluções para elas desafiam os processos de gestão.

Por fim, é necessário pensarmos os mecanismos de gestão. Gerir pessoas, alinhar competências e fazer com que as organizações sejam capazes de promover o melhor das pessoas não é um assunto trivial. Representa ganhos de eficiência e efetividade, desde que pessoas estejam mobilizadas e que a gestão pública seja capaz de ativar suas capacidades. Associado a isso, institucionalizar práticas de fiscalização e controle são essenciais para o desenvolvimento, de forma a assegurar mecanismos sólidos de integridade e *accountability*.

O conjunto de problemas e questões levantadas nas páginas da Revista do Serviço Público promovem conhecimento avançado sobre os diversos desafios da gestão pública no Brasil. Sem fazer avançar o conhecimento, corre-se o risco de neutralizar avanços ou promover retrocessos para o enfrentamento concreto de problemas da sociedade brasileira.

Fernando Filgueiras

Editor-Chefe da Revista do Serviço Público